



Procedimento de Registo de Irregularidades

1. O QUE É UMA DENÚNCIA

Como denúncias ou relatos de suspeitas (de conhecimento efetivo de transgressões que estejam a ocorrer ou que possam vir a ocorrer) definem-se acontecimentos na sequência de atos ou omissões praticadas no contexto das atividades das empresas do grupo Poupamos Juntos, Lda., no qual se inclui o Doutor Finanças, Unipessoal, Lda.

2. SUBMISSÃO DE DENÚNCIAS

Qualquer pessoa pode denunciar, em boa-fé, ao Doutor Finanças uma suspeita real, de temas relacionados com a privacidade de dados pessoais, corrupção, questões de ética e sigilo, ou desvios de boas práticas, sempre que tiver uma razoável convicção que a suspeita é real, no momento da denúncia.

3. REGISTO DE IRREGULARIDADES NO CANAL DE DENÚNCIAS

O registo de irregularidades pode ser efetuado através da página da Internet do Doutor Finanças em <https://www.doutorfinancas.pt/denuncias/> Canal de Denúncias (doutorfinancas.pt)

Qual é o tipo de denúncia?

Quero fazer uma denúncia em meu nome

Quero fazer uma denúncia em nome de outra pessoa

Quero fazer uma denúncia anônima

Preencha com informação referente à denúncia

Assunto da denúncia

Escolha uma opção

Data da ocorrência

dia/mês/ano

Que relação tem com a organização?

Colaborador

Descrição da ocorrência

O que, como, quem, onde...

Preencha com os seus dados de contacto

Escolher ficheiro | Não foi escolhido nenhum ficheiro

Tipos de ficheiro aceitos: pdf, doc, docx, xsl, rtf. Tamanho máx. de ficheiro: 10 MB.

Preencha com os seus dados de contacto

Name: Ana Sousa

Email: ana.sousa@email.com

Introduza o seu telefone

Portugal +351 000 000 000

Confirme que a minha denúncia está relacionada com as actividades do grupo Poupamos Juntos, Lda no qual se inclui o Doutor Finanças, Unipessoal, Lda, respego que opera no ramo da empreendimentos de crédito a consumidores.

Declare que esta denúncia foi submetida em boa-fé

Declaro que acabo que os meus dados pessoais sejam processados para tratamento e arquivo, de acordo com os termos previstos na Política de Proteção de Dados Pessoais da Poupamos Juntos, Lda. Adicionalmente, declaro que o Doutor Finanças, tratará os dados pessoais de forma lícita e transparente, de acordo com os seus fundamentos de lícitude e com finalidades específicas e em cumprimento com o regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Submeter

4. ACESSO À INFORMAÇÃO

O acesso às Denúncias só é permitido à Direção de Compliance e de Recursos Humanos na regra da proporcionalidade para as funções de receção, registo, investigação, tratamento específico e resposta.

Será assegurado o sigilo, a confidencialidade, a proteção ao denunciante e ao anonimato em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente, da Lei 93/2021 e do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

5. RESPOSTA ÀS DENÚNCIAS

No Doutor Finanças somos diretamente responsáveis por investigar qualquer denúncia, dessa natureza, que nos seja encaminhada.

Igualmente o Doutor Finanças é responsável por responder ao denunciante, dentro dos prazos legais, com vista a resolução da denúncia sob os princípios que nos regulam de Ética, Responsabilidade, Compromisso, Sigilo e Confidencialidade bem como pelo princípio da Não Retaliação, como medida de proteção do denunciante.

Em caso de denúncias que não estejam relacionadas com as atividades do grupo de empresas Poupamos Juntos, Lda., estas não serão para efeitos de investigação. Neste caso, o denunciante será devidamente informado desta decisão, sem prejuízo dos regimes de sigilo e confidencialidade.

6. DIREITO E DEVERES DO DENUNCIANTE

6.1. Anonimato

O denunciante tem direito a reduzir a sua identidade e todas as suas informações pessoais, direta e indiretamente, bem como tem o direito a que estes dados pessoais sejam de acesso restrito às pessoas responsáveis por receber ou dar seguimento a investigação destas denúncias.

6.2. Proteção do denunciante

O Denunciante carece de proteção jurídica, nos termos previstos pela Lei, considerando que a denúncia é feita em boa-fé.

7. PERÍODO DE RETENÇÃO

As denúncias recebidas através desta página serão conservadas, nos termos da Lei, por um período não inferior a 5 (cinco) anos.